

## Em Destaque...

**A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional,  
é um elemento essencial do património cultural português<sup>1</sup>**Eulália Alexandre<sup>2</sup>

**É** inegável o papel da escola como mediadora desses bens cimeiros que são a língua e a cultura nacionais.

A língua, enquanto sistema organizado de que nos servimos para estabelecer uma comunicação entre os vários sujeitos que usam o mesmo código, segundo Ferdinand de Saussure, “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir aos indivíduos o exercício dessa faculdade”<sup>3</sup>. Entendida, pois, como instituição social, resultante de um conjunto de convenções, estabelecida e aceite por todos os que pertencem a uma coletividade linguística, a língua existe como corpo coletivo. Por isso, só com desenvolvimento da sociolinguística foi possível caracterizar com maior precisão as relações entre língua e sociedade.

Se o domicílio e o meio são espaços de aquisição da linguagem, o ensino e a aprendizagem da língua pertencem, em grande parte, à escola. Ensinar a língua desde uma idade precoce impõe-se porque acima de tudo faz parte de uma tradição cultural inseparável do exercício da cidadania. O conhecimento da língua numa pluralidade de contextos e de funções coloca o sujeito, na qualidade de participante da pólis, em primeira pessoa, dotando-o para agir num mundo cada vez mais polifacetado e competitivo.

A escola, enquanto instituição de formação, educação e cultura, veicula conhecimentos escolares legitimados pelo currículo, a que não são alheias as políticas vigentes em cada momento e sobretudo alicerçadas no saber valorizado por interesses do próprio momento histórico. É neste enquadramento que o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* se constituem como documentos que propiciam ações que permitem operacionalizar a transversalidade da língua.

Com efeito, a língua constitui um fator fundamental nas aprendizagens dos alunos; mais do que qualquer outra disciplina, o ensino do Português tem repercussões em todo o currículo. Deve, por isso, ser entendido numa perspetiva transversal.

Sendo imprescindível fazer do ensino da língua uma atividade a que todos cheguem e de que todos gostem, já que ensiná-la é, como referido, ensinar para o exercício empenhado e consciente da cidadania, na aula de Português, e em harmonia com as Aprendizagens Essenciais, há que ter em conta a noção de variação no tempo (diacrónica ou histórica) e no espaço (engloba as variedades nacionais, a variação social e a variação individual que corresponde a diferentes situações de comunicação). Assim, *reconhecer*

---

<sup>1</sup> Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro

<sup>2</sup> Subdiretora-Geral da DGE

<sup>3</sup> Saussure, F. (1971). *Curso de Linguística Geral*, (p.34). (José V. Adragão, Trad.). Publicações D. Quixote.

# P

*traços de variação da língua portuguesa de natureza geográfica<sup>4</sup> e de natureza diacrónica<sup>5</sup> constitui-se como objeto de atenção curricular no ensino básico; no ensino secundário reforça-se o objeto com o conhecimento da origem, da evolução e da distribuição geográfica do Português no mundo<sup>6</sup>.*

No espaço da língua portuguesa, destacam-se as variedades de Portugal, do Brasil e dos países de língua oficial portuguesa em África e na Ásia. Embora o ensino explícito da língua remeta para o português falado em Portugal continental e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (com a sua norma-padrão de que a escola é fiel depositária), é, em muitas circunstâncias e contextos escolares, possível deixar entrever, de forma mais espontânea, quer a variedade que corresponde ao português falado no Brasil, quer as variedades que correspondem ao português falado nos restantes países de língua oficial portuguesa, nomeadamente em África. E se importa demonstrá-lo, torna-se necessário remeter o leitor para o domínio da Educação Literária nos documentos curriculares em vigor (em articulação com tudo o que é proporcionado pelo Plano Nacional de Leitura). A criação literária, porque recorre à língua como matéria que sustenta o discurso, pode funcionar como instrumento de exploração dos limites de funcionamento comunicativo da própria língua.

Esta associação entre língua e literatura, reproduzida como sistema de aprendizagem, tanto potencia aos discentes a aquisição de correção, fluência e elegância na utilização da variedade europeia mencionada, como lhes proporciona o contacto com outras modalidades de discurso e formas de expressão no espaço da língua portuguesa.

---

<sup>4</sup> [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/3\\_ciclo/portugues\\_3c\\_7a\\_ff.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/portugues_3c_7a_ff.pdf)

<sup>5</sup> [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/3\\_ciclo/portugues\\_3c\\_9a\\_ff.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/portugues_3c_9a_ff.pdf)

<sup>6</sup> [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/10\\_portugues.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/10_portugues.pdf)